

Editorial

ESTAMOS DIANTE DE UM MOMENTO CRESCENTE DA LUTA

Mesmo antes do governo Dilma assumir a direção política do Brasil, já podíamos visualizar como seria difícil a situação dos trabalhadores/as durante próximos quatro anos (a princípio) e, em especial, a situação dos Servidores Públicos Federais (SPF's).

O discurso afinado da cúpula econômica do novo governo, em defesa do corte dos gastos e de projetos que antes eram anunciados como necessários para o desenvolvimento do país, já demonstrava que as coisas iriam ficar apertadas e que os ataques começariam a chegar com maior intensidade e num período ainda menor do que já tínhamos visto. Após a eleição, Dilma e seus apoiadores trataram de anunciar a crise em nosso país, sem deixar que a sociedade viesse a lembrar o discurso bem próximo da campanha eleitoral: um país promissor e sem problemas para o futuro, o grande Brasil de Lula.

E agora cortam o orçamento em R\$ 50 bilhões, tirando R\$ 3,5 bilhões da educação e colocando mais e mais verbas para copa e olimpíadas, cancelam os concursos, retiram direitos trabalhistas, dentre outras ações que já nos colocam em alerta e prontos para a construção da luta.

Os SPF's, após os longos três anos dos "acordos salariais" em parcelas (três ou quatro) viram aquele engodo negocial chegar ao fim em conjunto com a chegada da tal crise que não existia durante o ano de 2010, por conta da sucessão eleitoral. Hoje, no olho de um furacão que já começa a se consolidar no horizonte, enxergam a falta de perspectiva que o setor terá por conta de todas as ações apontadas nos parágrafos anteriores.

Além disso, os ataques começam a ficar ainda mais claros e demonstram à categoria que se não construirmos a luta para o próximo (muito próximo) período não teremos nada que recupere as perdas que tivemos nessa última década e que teremos, pelo menos, nos próximos quatro anos. Medidas como implementação de previdência complementar privada; reestruturação e regulamentação das carreiras; privatização dos hospitais universitários; desestruturação de instituições seculares de ensino como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Instituto Benjamin Constant (IBC); ampliação do processo de terceirização de vários setores do Serviço Público Federal; congelamento salarial e de outros gastos públicos por dez anos; entre outros ataques que estão vindo ou que já foram engendrados e já estão

próximos.

Nós do SINASEFE, além dessas questões mais gerais, que afetam a todos os setores do Serviço Público, temos pontos que também fazem parte das reivindicações das nossas lutas:

- * A falta de perspectiva para a reestruturação do PCCTAE e da Carreira Docente, seja na malha salarial, seja no processo de desenvolvimento funcional para os dois segmentos;

- * A Progressão Docente por titulação, prevista em lei, que não vem sendo implementada por conta de uma posição política do MEC/Governo, respaldada de forma subserviente pelas Reitorias das Instituições Federais de Ensino;

- * A Racionalização dos cargos do PCCTAE, prevista em lei, com a correta implementação de questões previstas nesse Plano de Carreira, como: Progressão por capacitação; incentivo à qualificação; reconhecimento de diplomas dos cursos que a própria Rede fornece quando se trata de incentivo à qualificação; financiamento público de um projeto de qualificação e capacitação dos Técnicos-Administrativos;

- * Financiamento e projeto de qualificação também para os Docentes da Rede;

- * Cumprimento do Acordo do Mercosul por parte do MEC, bem como por parte dos Reitores da nossa Rede;

- * Problemas na implantação das 30 horas em alguns campi dos Institutos Federais, inclusive com a postura de alguns quererem retomar as 40 horas, ignorando a existência do Decreto das 30 horas e a conquista histórica que tivemos ao longo dos últimos 20 anos;

- * O ataque ao INES e IBC, bem como a negociação do que ocorrerá com estas duas Instituições e Colégio Pedro II, sem qualquer diálogo com o SINASEFE e com as entidades representativas das comunidades escolares dessas instituições de ensino seculares;

- * A tentativa de desestabilizar a implementação do auxílio-transporte dos servidores, por conta da postura burocrática através da CGU e TCU;

- * A burocratização na implementação do auxílio-saúde em alguns Institutos;

- * A paralisação do processo de democratização da nossa rede com o engessamento dos Conselhos Superiores dos Institutos e, conseqüentemente, com a dependência desse às Reitorias e às orientações de MEC, MPOG, CGU e outros setores do governo em Brasília. A quebra autonomia na representação sindical e dos trabalhadores/as nestes Conselhos.

Enfim, motivos não nos faltam para que façamos a construção da luta. E foi com este sentimento que os Servidores Federais e em especial os da base do SINASEFE se inseriram na Campanha Salarial Unificada, participando de duas manifestações em Brasília, uma com mais

de 5 mil pessoas, em março desse ano, e a mais recente com mais de 15 mil pessoas, em meados de abril. Dando continuidade a esta construção, vimos um conjunto significativo dos SPF's se organizando nos estados e promovendo ações de rua para dar prosseguimento à construção da luta, em especial no último dia 28 de abril. O SINASEFE, por meio das suas Seções, promoveu atividades Rio de Janeiro, Iguatu-CE, Salvador-BA, Guanambi-BA, Cuiabá-MT, Cajazeiras-PB, Belém-PA, Florianópolis-SC e São Luís-MA.

Agora é a hora de juntarmos as peças e analisarmos o que temos de potencial para a continuidade da construção da nossa campanha salarial, no conjunto dos Servidores Federais e com o MEC para atender as nossas demandas salarias, corporativas e de conjunto dos trabalhadores/as.

Apesar de conseguir abrir um canal de interlocução com a ministra do Planejamento, impulsionando reuniões que não vinham acontecendo com frequência, ainda estamos longe de estabelecer negociações com o governo. Portanto, é preciso que continuemos nesta crescente e voltemos a nos reunir em plenária nos dias 13 e 14 de maio para avaliar o momento que estamos vivendo e não deixar toda construção iniciada no último período se perder.

A receita para o nosso sucesso é bem simples: ORGANIZAÇÃO DAS BASES COM O ESCLARECIMENTO DO QUE ESTAMOS VIVENDO + CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÕES PARA DEMONSTRARMOS A NOSSA INSATISFAÇÃO JUNTO AO GOVERNO + A PRESSÃO JUNTO AO GOVERNO E REITORIAS PARA ESTABELEECER UMA REAL NEGOCIAÇÃO COM O SINASEFE E COM O CONJUNTO DE ENTIDADES DOS SERVIDORES FEDERAIS.

Se não conseguirmos mobilizar e pressionar o governo em negociar agora, com certeza em 2012 teremos ainda menos condições de fazê-lo. É hora de avançar e construir as saídas que pretendemos e necessitamos, assim como fizemos ao longo de toda a história do nosso Sindicato Nacional e do movimento geral dos Servidores Federais.

A LUTA CONTINUA... A CADA DIA, A CADA MANIFESTAÇÃO, A CADA PLENÁRIA, A CADA PARALISAÇÃO E GREVE ... A CADA NEGOCIAÇÃO.

Seções do SINASEFE se mobilizam durante manifestações de 28 de abril

Dando continuidade às atividades previstas no calendário da Campanha Salarial Unificada dos SPF's, seções do SINASEFE realizaram na última quinta-feira, dia 28 de abril, várias atividades nos estados. Além de divulgar a campanha salarial, as manifestações integraram o dia nacional de lutas, chamado pela CSP-Conlutas, com a participação dos movimentos popular, sindical e estudantil unidos contra os ataques que vêm sendo anunciados pelo governo Dilma.

Confira algumas imagens das atividades:



Cuiabá-MT



Iguatu-CE



Belém-PA



Rio de Janeiro-RJ

Também foram realizadas atividades como panfletagem nos institutos, paralisações, caminhadas, dentre outras, nas cidades de Cajazeiras-PB, Salvador-BA, Guanambi-BA, Florianópolis-SC e São Luís-MA. Em breve todas as imagens enviadas estarão disponíveis no site do SINASEFE.

Servidores do SINASEFE não podem ter imposto de renda descontado do auxílio-creche

União deve cessar imediatamente recolhimentos e ressarcir valores retidos desde março de 1999

*Fonte: Wagner Advogados Associados,
com informações da Ação Ordinária nº 2009.34.00.008320-9, da 3ª Vara Federal do DF.*

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) obteve decisão favorável à não-incidência de imposto de renda sobre a parcela relativa ao auxílio-creche recebido pelos servidores. Na ação de Wagner Advogados Associados, também foi determinada a devolução dos valores indevidamente recolhidos desde março de 1999 e foi concedida, em sede de antecipação de tutela, a ordem para a imediata suspensão dos descontos até a decisão final do processo.

O entendimento do magistrado da 3ª Vara Federal do DF teve por base disposições constitucionais e legais que determinam a obrigatoriedade de o Estado prestar o atendimento em creches e pré-escolas a crianças de zero a cinco anos de idade. Não sendo prestado tal atendimento, o ente estatal indeniza os servidores mediante o pagamento do auxílio-creche e, em razão do caráter indenizatório da parcela, esta não pode ser tributada.

- Não há como prosperar a alegação da União de que se trata de acréscimo patrimonial, pois a Administração Pública está tão-só a indenizar o servidor pela ausência da garantia constitucional de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade – afirmou o juiz federal Pablo Zuniga Dourado. Ressaltou, ainda, que há reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal - STF, Superior Tribunal de Justiça - STJ e Tribunal Regional Federal da Primeira Região no mesmo sentido.

O integrante de Wagner Advogados Associados, Luiz Antonio Marques, salienta que esse julgamento beneficia a todos os servidores da base do SINASEFE e é mais uma importante decisão em ação coletiva movida pela entidade.

99ª Plena do SINASEFE será realizada nos dias 13 e 14 de maio

O SINASEFE vai realizar, nos próximos dias 13 e 14 de maio, em Brasília-DF, sua 99ª Plenária. A pauta a ser debatida e deliberada no evento inclui Campanha Salarial, Parecer do Conselho Fiscal e Calendário de Eventos do SINASEFE (encontros regionais, seminários de educação, encontro jurídico e de assuntos de aposentadoria, GT's, etc). Também serão debatidos os desdobramentos do 25º CONSINASEFE, realizado no mês de março em São Luís-MA.

Importante atentar para as regras de participação e informações sobre hospedagem, que constam na convocatória enviada às bases e disponível [na página do SINASEFE](#).

Comissão deve votar previdência complementar em duas semanas

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Em seminário sobre o tema, realizado pela Comissão de Trabalho, representantes do governo e de servidores públicos divergiram sobre os benefícios da proposta

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público deve votar em 11 de maio o Projeto de Lei 1992/07, do Executivo, que institui a previdência complementar do servidor público. O anúncio foi feito hoje pelo presidente da comissão, deputado Silvio Costa (PTB-PE), em seminário realizado na Câmara para discutir o tema. “Pode haver pedido de vistas, mas vou seguir insistindo na votação; quem tiver treze votos ganha”, disse. Costa, que é relator do projeto, informou que vai recusar todas as emendas relativas à criação de fundos específicos para categorias de servidores. “O fundo será único”, garantiu.

Durante o seminário, proposto pelo deputado Policarpo (PT-DF), representantes do governo e de servidores divergiram sobre a proposta. O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, que participou de parte do debate, disse confiar na aprovação do texto. Segundo o diretor de Previdência Complementar do ministério, Jaime de Faria Junior, não há razão para se ter medo da mudança no regime previdenciário. Ele garantiu que o projeto não altera os direitos e nem a expectativa de direitos dos atuais servidores.

Serão afetados apenas os futuros servidores, explicou, e eles vão entrar na carreira já conhecendo as novas regras. Faria Júnior enfatizou a necessidade de enfrentar, com foco no longo prazo, o problema do déficit do regime próprio do servidor público – atualmente em R\$ 52 bilhões/ano, valor próximo ao orçamento anual da educação (R\$ 60 bilhões) e da saúde (R\$ 70 bilhões).

O diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Murilo Barella, destacou que o momento é propício para a aprovação da mudança, porque quase 50% dos servidores federais estão para se aposentar nos próximos cinco anos, “o que significa que a administração pública vai entrar em fase de forte renovação de quadros”.

Críticas de servidores

O projeto foi criticado por diversos representantes dos servidores. Para o auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Roberto Martins, a proposta embute um grande risco, porque segue o modelo da contribuição definida e do benefício indefinido. “O fundo com as contribuições será capitalizado, mas não se sabe se será bem ou mal aplicado”, alertou.

Martins argumentou que o déficit da Previdência não resulta do modelo do atual regime próprio, mas sim da absorção pelo sistema, após a Constituição de 88, de 650 mil funcionários celetistas – antes vinculados a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Henrique Nelson Calandra, avaliou que o projeto desrespeita os direitos sociais. Ele entende que a previdência complementar não pode destruir aquilo que foi duramente conquistado. “Fazer o moderno não significa abolir as conquistas”, sustentou.

Na avaliação do diretor da Associação Nacional dos Ministérios Públicos de Contas (Ampron), Júlio

Marcelo de Oliveira, a proposta não vai resolver o problema do déficit no setor, e poderá até agravá-lo no curto prazo, uma vez que a parcela da contribuição dos futuros servidores não irá mais para a União. Hoje, o servidor público contribui com 11% do salário. Segundo ele, o modelo do regime próprio, por si só, leva naturalmente à redução do déficit, e não ao seu agravamento.

Representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; do Sindicato do Poder Legislativo Federal; do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita; da Federação Nacional dos Trabalhadores de Judiciário e Ministério Público da União; e da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão também criticaram a proposta do governo.

Projeto estabelece punições para estudante que desrespeitar professor

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Câmara analisa o Projeto de Lei 267/11, da deputada Cida Borghetti (PP-PR), que estabelece punições para estudantes que desrespeitem professores ou violem regras éticas e de comportamento de instituições de ensino. Em caso de descumprimento, o estudante infrator ficará sujeito a suspensão e, na hipótese de reincidência grave, encaminhamento à autoridade judiciária competente.

A proposta muda o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para incluir o respeito aos códigos de ética e de conduta como responsabilidade e dever da criança e do adolescente na condição de estudante.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Pronatec será analisado na Câmara dos Deputados em regime de urgência

A Câmara dos Deputados terá 45 dias para apreciar o Projeto de Lei nº 1209/2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O novo programa foi apresentado oficialmente pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro da Educação, Fernando Hadadd, no último dia 28 e chegou à Casa no dia 29.

Segundo o projeto, o Pronatec tem a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Deverá atender prioritariamente estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive educação de jovens e adultos; trabalhadores; e beneficiários dos programas federais de transferência de renda. [Clique para ler a íntegra](#)

A proposta foi encaminhada às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Educação e Cultura (CEC); Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pode ser analisada pelo Plenário.

Curtas

- Foi realizada no último dia 30 de março a reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), dentre os resultados do encontro está a Declaração de Princípios, Objetivos e Ações do fórum. [Confira mais informações no relatório da reunião disponível em nosso site](#)

- O Projeto de Lei nº 8.035/2010, que institui o Plano Nacional de Educação recebeu requerimentos de vários parlamentares na última semana, eles solicitam a realização de reuniões nos estados com o objetivo de fornecer subsídios aos parlamentares. Algumas localidades que receberão os eventos: Fortaleza, Pernambuco e Manaus. [Acompanhe a tramitação do projeto e saiba mais, clique aqui](#)

- Foi publicada na segunda-feira (25) a [Portaria Interministerial nº 56](#), do MEC e MPOG, que autoriza a realização de concurso público para cargos de Professor da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e de Técnico-Administrativo em Educação, para os Quadros de Pessoal dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). A portaria também atualizou o quantitativo de cargos do Banco de Professor-Equivalente de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e o quantitativo de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E" integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, nos IF's. [Confira a portaria](#)

- A Comissão Nacional de Supervisão da Carreira se reuniu com representantes do Ministério da Educação no último dia 28 de abril. O tema debatido foi a racionalização, com a análise do relatório do grupo de trabalho deste assunto. [O relatório completo do encontro, e o mapa da racionalização estão disponíveis no site do SINASEFE](#)

CONFIRA OS EIXOS DA CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

- >Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- >Regulamentação/ Institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito;
- > Retirada dos PL's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PL 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/09 e demais proposições);
- > Cumprimento por parte do governo dos acordos firmados e não cumpridos;
- > Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas;
- > Definição de data-base (1º de maio);
- > Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

Mais informações e material de divulgação no site do SINASEFE

AGENDA DO SINASEFE

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
05 de maio	16ª Reunião CONIF	Salvador-BA
13 e 14 de maio	99ª Plenária do SINASEFE	Brasília-DF
15 de maio	Reunião ampliada das entidades de servidores federais(*a confirmar)	Brasília-DF

Responsáveis por este boletim: Plantão DN: Elane Mafra, Nilton Coelho e William Carvalho.
Plantão de Base: Éder Coutinho (Pelotas-RS)

Jornalista: Monalisa Resende MTE-8938-DF

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE
SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902
Telefone e Fax: (61) 2192-4050– e-mail: dn@sinasefe.org.br – www.sinasefe.org.br